



RELATÓRIO DE GESTÃO – ANEXO III

2.1 CONTAS DE PREFEITO

EXERCÍCIO DE 2020

O Município de Atílio Vivácqua, localizado no Sul do Estado do Espírito Santo, está inserido no cenário econômico do Estado, destacando-se em sua economia as atividades agrícolas e, aos poucos, se desenvolvendo no setor de rochas ornamentais.

Houve, no Exercício de 2020, um superávit orçamentário no valor de R\$8.933.049,34 (oito milhões, novecentos e trinta e três mil, quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos) - previsão de R\$38.000.000,00 (trinta e oito milhões de reais) - receita arrecadada de R\$46.933.049,34 (quarenta e seis milhões, novecentos e trinta e três mil, quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos).

Procuramos desenvolver uma gestão equilibrada e responsável, principalmente por tratar-se de um Exercício que se apresentou numa conjuntura excepcionalíssima ocasionada pelas medidas de enfrentamento a pandemia da COVID-19. Um exemplo dessa excepcionalidade foi a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, afastando algumas exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal no que concerne a despesas emergenciais de combate ao vírus e de proteção à população vulnerável.

Ainda assim, o Município de Atílio Vivácqua adotou medidas concretas e tomou atitudes rápidas, com segurança jurídica, não deixando de cumprir aos limites constitucionais, como pode ser observado nos relatórios fiscais publicados e exemplificados abaixo:

- Saúde — despesas em ações e serviços de saúde com a aplicação do percentual de 28,73% (vinte e oito inteiros e setenta e três centésimos por cento) sobre a Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais;
- Educação — foi aplicado o percentual de 29,70% (vinte e nove inteiros e setenta centésimos por cento) sobre a Receita Resultante de Impostos e Transferências Constitucionais na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino MDE; e aplicado o



percentual de 71,16% (setenta e um inteiros e dezesseis centésimos por cento) dos Recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Infantil e Ensino Fundamental;

- Transferência para o Poder Legislativo — foi repassado à Câmara Municipal de Atílio Vivácqua, a título de duodécimo, o valor total de R\$1.762.496,85 (um milhão, setecentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos). A Câmara Municipal devolveu à Prefeitura, no decorrer do Exercício de 2020, o valor de R\$118.132,09 (cento e dezoito mil, cento e trinta e dois reais e nove centavos).
- Limites da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF para Despesas com Pessoal — a Receita Corrente Líquida - RCL do Município foi de R\$ 42.517.372,00 (quarenta e dois milhões, quinhentos e dezessete mil e trezentos e setenta e dois reais) e a Despesa Total com Pessoal no valor de R\$ 20.710.141,85 (vinte milhões, setecentos e dez mil, cento e quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos), atingindo o percentual de 48,71% (quarenta e oito inteiros e setenta e um centésimos por cento) sobre a RCL, estando dentro do limite legal.
- Não houve no decorrer do Exercício de 2020 nenhum endividamento e operações de crédito.
- As metas de arrecadação estabelecidas na Lei Municipal nº 1.241 de 22/08/2019 — LDO foram cumpridas conforme relatórios publicados.
- Considerando que o código tributário municipal Lei nº 870/2009, foi editado no exercício de 2009, a previsão da receita orçamentária, a partir de então já vem sendo feita considerando a não arrecadação das renúncias dos art. 33, 36, 163 e 182. Dessa forma ao estimar a receita na LOA – Lei Orçamentária Anual de 2020 (Lei nº 1241/2019) as referidas renúncias também não foram consideradas. Quanto as medidas de compensação, os benefícios concedidos em função do Artigo nº 182 da Lei 870/2009, visam restabelecer equilíbrio e conforto econômico aos munícipes



através das atividades desenvolvidas pelos beneficiários. Como exemplo, podemos citar o Fórum Desembargador Manoel Xavier Paes Barreto Filho que no exercício de 2020 teve o benefício de isenção do IPTU e TLF, sendo que neste momento há uma luta pela permanência das comarcas no interior, uma vez que o Tribunal de Justiça propõe a extinção de 27 comarcas no ES, o que é um retrocesso, pois afeta seriamente a cidadania e o acesso à Justiça dos munícipes atilienses.

- O Exercício de 2020 foi o terceiro exercício de execução dos Programas e Ações do Plano Plurianual - PPA 2018-2021 (Lei Municipal nº 1.189 de 19/12/2017, alterada pela Lei Municipal nº 1.214 de 10/11/2018). Neste exercício executamos os programas previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA (Lei Municipal nº 1.249 de 13/12/2019), em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO (Lei Municipal nº 1.241 de 22/08/2019). Foram desenvolvidas as ações constantes dos programas previstos no PPA, com raras alterações oriundas da necessidade de adequação das atividades realizadas em cada Órgão. Cada programa constante do PPA previa as metas fiscais e financeiras, sendo que, no momento da execução de cada programa, tais metas foram observadas com adequações, quando necessárias.

Demonstrativo da Execução por Programa:

Programa	Descrição	Empenhado	Liquidado	Pago
0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS	954.023,79	954.023,79	652.883,47
0001	COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO AO PODER EXECUTIVO	46.525,57	46.525,57	46.525,57
0002	COORDENAÇÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA DO LEGISLA	1.603.422,02	1.592.669,40	1.590.819,40
0003	GESTÃO PARA O PROGRESSO	4.659.714,42	4.299.982,71	4.126.586,58
0004	INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	5.876.963,64	5.123.891,97	5.068.783,37
0005	URBANIZAÇÃO	1.589.340,39	1.420.068,48	1.416.343,56



0006	SANEAMENTO BASICO	472.617,66	158.738,72	158.738,72
0007	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	100.151,69	99.210,03	99.210,03
0008	TRANSPORTE ESCOLAR	438.520,80	397.188,74	397.188,74
0009	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	0,00	0,00	0,00
0010	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	0,00	0,00	0,00
0011	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	13.406.829,44	13.348.067,04	13.342.201,54
0012	ATENÇÃO BÁSICA E PRIMÁRIA DA SAÚDE	3.673.595,31	3.605.445,97	3.557.672,01
0013	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	197.970,92	197.554,96	182.116,96
0014	PROGRAMA DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	4.410.821,15	4.320.806,16	4.301.479,44
0015	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	189.433,00	179.474,00	178.024,99
0016	GESTÃO DA SAUDE	3.286.601,88	3.245.548,89	3.090.948,55
0017	PROTEÇÃO SOCIAL BASICA DA ASSISTENCIA SOCIAL	1.707.639,56	1.534.643,00	1.508.442,91
0018	GESTÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL	119.792,96	112.463,69	111.983,69
0019	PROTEÇÃO SOCIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE	119.985,07	116.616,73	116.616,73
0020	PROGRAMA SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	288.611,16	284.398,31	276.740,71
0021	DESENVOLVIMENTO RURAL	1.456.930,07	1.315.695,99	1.303.573,94
0022	DESENV DA CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	755.711,27	709.587,44	626.867,47
0023	MEIO AMBIENTE	391.386,90	385.147,12	375.153,57
0024	DESENV DA CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	448.906,60	440.345,91	395.868,41



	Soma	46.195.495,27	43.888.094,62	42.924.770,36
--	-------------	----------------------	----------------------	----------------------

No Exercício de 2020 houve inscrição de Precatórios e foram pagos os seguintes valores:

Número do Processo	Valor Bruto	Data do Saque
Processo Administrativo 0036446-76 2018.8 – 08 - 0000	R\$ 52.883,47	22/12/2020

Não houve despesas com gastos de publicidade no Exercício de 2020.

No decorrer do Exercício de 2020 foram atendidas todas as recomendações e/ou determinações recebidas pelo Município através das notificações e citações, bem como os respectivos pareceres prévios emitidos pelo TCEES.

Não houve participação acionária do Município no Exercício de 2020.

Ações efetuadas no Exercício de 2020, considerando o Plano de Fiscalização - Processo nº 6037/2017 - Plano de Ação Peça Complementar TC 13.066/2019-8:

- 17 notificações de lançamentos relativos à ISS;
- 816 notificações de lançamentos relativos à IPTU;
- 570 notificações de lançamentos diversos;
- não houve emissão de CDA's em 2020, conseqüentemente, não houve execução de dívida em 2020 (informação do Setor Tributário e Procuradoria Geral);
- 48 renegociações de dívidas através da Lei Municipal nº 1.262/2020 que Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município – REFIS;
- 23 renegociações de dívidas com base na Lei Municipal nº 1.131/2016;
- Celebração do Termo de Cooperação entre o Município de Atílio Vivacqua e Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – IEPTB – Seção Espírito Santo.

A prestação de contas do Exercício de 2020 foi elaborada considerando a consistência das Demonstrações Contábeis, dos demonstrativos de Execução Orçamentária e Financeira e de Gestão Fiscal, demonstrando os aspectos da eficiência, eficácia e efetividade da gestão



administrativa dessa municipalidade, evidenciando os princípios constitucionais da legalidade, legitimidade e economicidade na aplicação dos recursos públicos.

Vale ressaltar que as informações constantes da PCA - Prestação de Contas Anual, referentes ao Exercício de 2020, foram feitas nos termos do Anexo III da Instrução Normativa n°. 68, de 08/12/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES.

Atílio Vivácqua, ES, 30 de dezembro de 2020.

Josemar Machado Fernandes
Prefeito Municipal